

1

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
ATA DA 7^a. REUNIÃO DO ANO 2017

2

3 A sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, no Auditório Valdir Arcoverde, da
4 Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em Fortaleza, realizou-se a sétima Reunião Ordinária
5 do ano de dois mil e dezessete da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único Saúde do
6 Ceará, com a presença dos seguintes membros Representantes do Componente Estadual: Lilian
7 Alves Amorim Beltrão, Secretária Executiva da Saúde; Francisco Ivan Rodrigues Mendes Júnior,
8 Coordenador de Políticas e Atenção à Saúde; Luciene Alice da Silva, Supervisora do Núcleo de
9 Atenção Especializada; Felipe dos Santos Dias Soares, Coordenador de Regulação, Controle,
10 Avaliação e Auditoria; Roberta de Paula Oliveira, Supervisora do Núcleo de Controle de Vetores;
11 Sílvia Maria Negreiros Bonfim Silva, Coordenadora da CGEPS; e Vera Maria Câmara Coelho,
12 *Assessora Técnica da Secretaria Executiva* e Secretária Executiva da CIB; e do Componente
13 Municipal: Josete Malheiro Tavares, Presidente do COSEMS, Vice Presidente da CIB/CE e
14 Secretário Municipal de Saúde de Guaiuba; Arnaldo Ribeiro Costa Lima, Articulador da Célula
15 de Contratualização da CORAC da Secretaria da Saúde de Fortaleza; José Afrânio Pinho
16 Pinheiro Júnior, Secretário da Saúde de Umirim; e Gerardo Cristino Filho, Secretário da Saúde
17 de Sobral. Presentes, outros Secretários Municipais de Saúde, técnicos responsáveis por
18 Coordenadorias e Núcleos da SESA, Coordenadores Regionais da SESA, profissionais das
19 Secretarias Municipais de Saúde e do COSEMS e demais pessoas interessadas, com registro em
20 listas de presença de convidados. A Assembléia foi aberta pela Secretária Executiva Vera Coelho
21 que sob a presidência do Dra. Lilian Beltrão cumprimentou a todos e deu início a presente
22 reunião **Apresentação 1. Mobilização para a Vacinação contra HPV nos Adolescentes.** Ana
23 Vilma iniciou a apresentação ressaltando que a vacina contra HPV previne o câncer do colo do
24 útero, de pênis e da orofaringe, além das verrugas genitais. E que essa vacina é disponibilizada
25 no serviço público, para meninas desde 2014 e para meninos em 2017. Manifestou a
26 preocupação com a baixa adesão à vacina no Estado, fato demonstrado através dos resultados das
27 coberturas vacinais entre 2014 a 2016. Por esta razão a SESA está informando a sociedade e
28 sensibilizando os gestores sobre a importância de intensificar as ações de vacinação contra o
29 HPV em adolescentes nos 184 municípios, bem como evitar a perda de vacinas - um lote vencerá
30 no final de agosto e o outro em final de setembro/2017- e possibilitar o alcance da meta vacinal.
31 As vacinas estão disponíveis no período de Junho a Agosto de 2017; o Dia “D” de Mobilização
32 será 16 de agosto de 2017, em 184 Escolas Municipais a serem indicadas pelos municípios. A
33 população a ser vacinada: meninas de 9 a 14 anos (14 anos 11 meses e 29 dias), meninos de 11 a
34 14 anos (14 anos 11 meses e 29 dias). A meta é vacinar, no mínimo, 80% deste contingente. Esta
35 Campanha possibilita a identificação dos não vacinados contra Hepatite B, Sarampo, Caxumba e
36 Rubéola e vaciná-los; e a vacinação com a Meningocócica C disponível para meninas e meninos
37 de 12 e 13 anos de idade. Para o bom desempenho desta Campanha se faz necessário a
38 mobilização dos órgãos e entidades: Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação, Sociedade
39 Brasileira de Imunizações, Saúde da Família, Sociedades Científicas, Programa Saúde na Escola
40 – PSE, UNICEF e Secretaria de Esporte e Lazer. **Josete** lembrou que as ações de intervenções
41 para enfrentamento do surto de sarampo no Estado, foram planejadas de forma combinada entre
42 SESA e os municípios, e alcançaram bons resultados. Colocou que a coordenação estadual tem a
43 responsabilidade de promover o chamamento e envolvimento dos municípios no processo de
44 revisão da vacinação de rotina, bem como na realização das campanhas de vacinação. Destacou a
45 importância do envolvimento de outros setores de governo na realização da campanha de
46 vacinação contra HPV nos o Ceará pelo prêmio recebido na EXPOEPI, pelo plano de controle do
47 surto do sarampo. **Dra Lilian** comunicou que iria se articular com a Secretaria de Educação na
48 busca de viabilizar sua participação no desenvolvimento dessa Campanha, pois não é aceitável a
49 perda de vacinas, gerando consequências danosas no futuro desses adolescentes. **Dr. Gerardo**
50 indagou se no quadro das coberturas vacinas apresentado, as crianças vacinadas em 2014 - com
51 as duas doses- estão incluídas nos anos seguintes, e solicitou que essa informação fosse revisada.
52 **Sandra Regina Silva**, Assessora da Secretaria de Saúde de Cruz, indagou qual a data prevista

53 para a chegada da vacina Penta nos municípios? **Ana Vilma** respondeu que as crianças vacinadas
54 não foram incluídas, mas que iria fazer revisão, pois no denominador não havia deduzido as
55 crianças vacinadas, fato que modificará as coberturas vacinais apresentadas. Em relação a
56 distribuição da vacina Penta, informou que está previsto ainda para esse mês. **Apresentação 2.**
57 **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde EDPOPSUS II (MS/FIOCRUZ**
58 **e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio).** Thayza Miranda, responsável pelo Curso
59 no Ceará, iniciou sua apresentação fazendo uma abordagem histórica sobre a EDPOPSUS I, a
60 responsabilidade de gestão foi da ENSP com a participação do Comitê Gestor da EPSJV e
61 SEGEPE (MS), período de execução de novembro de 2013 a agosto de 2014. O Projeto foi
62 executado em 08 Estados: RS, SP, RJ, BA, SE, CE, PE, PI e DF, com 19.000 inscritos. E
63 organizado em 04 encontros presenciais de 8h, intercalados com momentos de conexão virtual e
64 trabalhos de campo, perfazendo um total de 53 horas. No Ceará no período de 2013-2014 foram
65 envolvidos 03 orientadoras de aprendizagem, 14 educadores(as) populares, 26 mediadores(as)
66 pedagógicos, e 2193 educando (as). Foram certificados 1.841 educandos. O EDPOPSUS II
67 contara com a seguinte estrutura organizacional: Coordenação Nacional: EPSJV, Comitê Gestor:
68 EPSJV e SEGEPE/MS, Apoiadores Nacionais, Equipe DAGEP/SEGEPE, e o Núcleo Estadual:
69 coordenador estadual, articulador institucional, apoio administrativo e educadores populares.
70 Tem como objetivo geral contribuir com a implantação da PNEP-SUS, qualificando a prática
71 educativa de profissionais e lideranças comunitárias que atuam em territórios com cobertura da
72 atenção básica do SUS. O público é de 7.000 mil alunos, com a abrangência de 13 estados:
73 Bahia, Ceará, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de
74 Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Os requisitos de acesso são que o município
75 tenha adesão a Residência Integrada Em Saúde; Experiências com Movimentos Populares
76 Organizados (Comunidades tradicionais; Saúde Popular; Quilombolas; Indígenas, etc.);
77 Disposição do Município em implementar a PNEPS-SUS durante e pós-curso; Envolvimento do
78 Município com ANEPS(Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação
79 Popular e Saúde); e Compromisso de assumir a contrapartida no que se referente ao;
80 Reconhecimento político/integração com a Educação Popular local; Disponibilidade de espaço
81 físico para 40 pessoas e para a abertura e encerramento do Curso Articulador Institucional;
82 Transporte dos Educandos e Educadores Populares; Complementação da ajuda para alimentação;
83 Garantia da liberação dos educandos para atividades de sala de aula(8h) e de campo(4h);
84 Emissão de carta de liberação do Gestor; Compromisso no apoio à Coordenação Estadual para
85 divulgação das inscrições; Apoio administrativo- equipe mínima de dois servidores para
86 acompanhar o curso do início ao término do processo em tudo que for necessário; Materiais de
87 escritório conforme a necessidade da turma. Para o Ceará estão previstas 420 vagas a serem
88 distribuídas por 04 Macrorregiões de Saúde, e organizadas em 12 turmas com 35 educandos
89 cada. Finalizou a apresentação disponibilizando os dados para contato: Coordenação Geral de
90 Educação Permanente Em Saúde- CGEPS; Núcleo de Valorização, Negociação e Educação na
91 Saúde - NUVEN/SESA. Rua Almirante Barroso, 600, Bloco E. Praia de Iracema. CEP: 60.060-
92 440 Fortaleza-CE; Contato (85)31015274- Fátima. email:edpoplus.ce@fiocruz.br. linkedpopus:
93 http://www.edpoplus.epsjv.fiocruz.br/. **2. Pactuações/Deliberações.** **Item 2.1. Discussão e**
94 **apreciação de questões relacionadas às multas aplicadas pelo Conselho Regional de**
95 **Farmácias em Instituições Públicas Municipais.** Josete relatou que a Câmara Técnica de
96 Gestão, Planejamento e Financiamento, e a Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica,
97 realizaram duas reuniões, na primeira reunião, contou com a participação da Dra. Isabel Cristina,
98 secretária adjunta da SESA, da Dra Lilian, secretária executiva da SESA, e da Dra. Caroline
99 Moreira Gondim, Procuradora do Estado, essa questão foi discutida amplamente e pactuado que
100 a melhor alternativa para solução deste problema é a busca de entendimento junto aos
101 representantes do Conselho Regional de Farmácia- CRF e do Conselheiro do Conselho Federal
102 de Farmácia- CFF; a segunda reunião realizada contou a participação dos membros das duas
103 Câmaras Técnicas, dos representantes dos Conselhos acima referidos, da Dra. Isabel Cristina,
104 secretária adjunta da SESA, e da Dra Lilian, secretária executiva da SESA. Após amplo debate

105 ficou acordado que: (1) O conselheiro do CFF Dr. Luis Cláudio Mapurunga da Frota agendaria
106 reunião em Brasília com o Presidente do CFF e o Josete para tratar desse assunto; (2) O
107 COSEMS/CE faria comunicada para os gestores municipais solicitando agilidade na
108 regularização junto ao CRF exercício 2017;(3) Realização de Oficinas Macrorregionais de
109 Assistência Farmacêutica em setembro/2017 para discussão da política e da programação do
110 Componente da Assistência Farmacêutica junto a PGASS; e (4) A participação do CRF no
111 processo de organização da Assistência Farmacêutica no Estado.**Item 2.2. Prestação de Contas**
112 **do 1º Trimestre da PPI da Assistência Farmacêutica-2017.** Fernanda Cabral, coordenadora da
113 COASF apresentou inicialmente a prestação de contas da Assistência Farmacêutica Básica, que
114 apresentou como Receita os saldos financeiros 2016, das fontes de recursos federal e municipal
115 no valor de R\$1.929.967,36 e do recurso estadual R\$ 17.592,87, e os créditos efetuados no 1º
116 Trimestre de 2017 de R\$ 7.585.060,32 (federal), R\$ 1.838.324,23 (municipal) e R\$
117 5.100.726,39(estadual). Foram realizadas despesas que no valor de R\$ 7.386.850,52 das fontes
118 federal e municipal e R\$3.678.513,16 da fonte estadual. Restando um saldo de R\$3.966.501,39
119 das fontes federal e municipal e R\$ 1.439.806,10 da fonte estadual. O total dos recursos
120 programados foi de R\$ 14.998.964,99, com um total de atendimentos de R\$ 10.985.659,48,
121 resultando num percentual de atendimento de 71,44%. Restando um Crédito Total para o 2º
122 Trimestre de R\$ 4.013.305,51. A Assistência Farmacêutica Secundária, contou como receita o
123 saldo financeiro 2016 da fonte de recurso municipal no valor de R\$ 1.430.797,10 e dos créditos
124 efetuados pelos municípios no 1º Trimestre de 2017 de 1.785.987,08 e R\$ 2.161.324,74 da fonte
125 estadual. Foram realizadas despesas que no valor de R\$2.794.470,20 da fonte municipal e
126 R\$1.531.909,28 da fonte estadual. Restando um saldo de R\$422.313,98 da fontes municipal e
127 R\$ 629.415,46 da fonte estadual. O total dos recursos programados foi de R\$4.529.858,70, com
128 um total de atendimentos de R\$ 3.588.565,53, resultando num percentual de atendimento de :
129 83,99%. Restando um Crédito Total para o 2º Trimestre de R\$ 941.293,17. **Josete** parabenizou
130 a Equipe da COASF, e ressaltou que os gestores municipais estão acreditando no processo de
131 compra centralizada de medicamentos. Aproveitou a oportunidade para relatar duas questões que
132 precisam ser resolvidas com a maior brevidade possível: a primeira é de que alguns gestores
133 municipais não estão conseguindo a autorização do débito automático; e a segunda é que alguns
134 municípios ainda não receberam a cópia do termo de adesão assinado pelo Secretário Estadual,
135 fato que está impedindo o repasse dos recursos. **Kelly de Castro**, Supervisora do
136 NUMES/COASF esclareceu que os problemas quando da realização dos débitos automáticos
137 pelos municípios ocorrerão em decorrência da mudança do gerente desse setor no Banco do
138 Brasil-BB, mas que essa questão estava sendo resolvida. Alertou que não pode haver mudança
139 na transação, só pode ser feito o débito entre as contas do BB do município para o FUNDES.
140 Quanto a entrega dos Termos de Adesão informou que após a assinatura do Secretário Estadual
141 irá para a publicação no DOE, e que enviara em PDF para as CRES, que farão a entrega para os
142 municípios. Dra Lilian parabenizou a Equipe da COASF. **Item 2.3. Pactuação da Proposta das**
143 **Cirurgias Eletivas de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Portaria GM/MS**
144 **Nº. 1.294/2017, com a formalização das Resoluções N°s. 152/2017 e 153/2017 da CIB/CE.**
145 Felipe Soares, coordenador da CORAC/SESA colocou que a Resolução da CIB/CE nº 152/2017
146 homologou as Resoluções das Comissões Intergestores Regionais: Nº. 14/2017 da CIR
147 Fortaleza, Nº. 17/2017 da CIR Caucaia, Nº. 06/2017 da CIR Maracanaú, Nº. 006/2017 da CIR
148 Baturité, Nº. 12/2017 da CIR Canindé, Nº. 09/2017 da CIR Itapipoca, Nº. 11/2017 da CIR
149 Aracati, Nº. 007/2014 da CIR Quixadá, Nº. 04/2017 da CIR Russas, Nº. 54/2017 da CIR
150 Limoeiro do Norte, Nº. 07/2017 da CIR Sobral, Nº. 05/2017 da CIR Acaraú, Nº. 26, 27, 28, 29 e
151 30/2017 da CIR Tianguá, Nº. 06/2017 da CIR Tauá, Nº. 21/2017 da CIR Crateús, Nº. 004/2017
152 da CIR Camocim, Nº. 06/2017 da CIR Icó, Nº. 09/2017 da CIR Iguatá, Nº. 010/2017 da CIR
153 Brejo Santo, Nº. 14/2017 da CIR Crato, Nº. 133/2017 da CIR Juazeiro do Norte e Nº. 12/2017 da
154 CIR Cascavel, que aprovam a programação das Cirurgias Eletivas de Média Complexidade
155 Ambulatorial e Hospitalar, a ser realizada pelos municípios, em conformidade com as planilhas
156 pactuadas nestas Comissões, com execução no período de junho a dezembro de 2017, no valor

total de R\$ 10.872.211,60 (dez milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos). Destacou que esta Comissão não homologou a decisão da CIR de Crateús em adotar valor adicional para os componentes Serviços Profissionais (SP) e/ou Serviços Hospitalares (SH). Em seguida comentou que a Resolução da CIB/CE nº 153/2017 foi elaborada considerando a pactuação firmada na 6^a Reunião, nela estão descritos: o critério per capta de distribuição dos recursos financeiros federais para os municípios cearenses realizarem os Procedimentos Cirúrgicos Eletivos elencados no Anexo I da Portaria GM nº 1.294/2017; o limite financeiro disponibilizado para a Programação das Cirurgias Eletivas, gerado pela multiplicação do número de sua população residente pelo valor per capita de R\$ 1,21 (um real e vinte e um centavos); a Programação dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos a ser realizada pelos municípios executores; a decisão de que não será adotado valor diferenciado da Tabela de Procedimentos do SUS para os procedimentos inseridos nesta Programação; e a proposta de organização da regulação e do agendamento dos pacientes, onde estabelece que para essa organização seja utilizado o Sistema UNISUS-Web gerenciado (coordenado, monitorado, controlado e avaliado) pela SESA. E que os pacientes deverão ser cadastrados em fila única regionalizada no Sistema e terão acesso regulado de conformidade com a ordem de ingresso (data da solicitação do procedimento cirúrgico). Esta ordem poderá ser alterada mediante Justificativa Técnica apresentada pelo Gestor Municipal ao Coordenador Estadual de Regulação/CORAC/SESA. A Coordenação da CORAC poderá, a partir da avaliação da fila única regionalizada, propor repactuação dos limites financeiros programados para os municípios executores ou remanejá-los, visando ao melhor cumprimento da estratégia. **Dra. Lilian** esclareceu que a Portaria GM nº 1.294/2017 permite que sejam feitas alterações dos pontos pactuados pela CIB no decorrer da sua execução. Aproveitou para informar que segundo o CONASS o repasse de recursos federais sob gestão do Estado para municípios poderá ser feito até o setembro/2017, dado que o prazo do TAC será prorrogado. Fato que possibilitará o repasse das parcelas da 13^a Etapa de Cirurgias Eletivas para os municípios. **Josete** propôs que a Programação de Cirurgias Eletivas da Portaria GM nº 1.294/2017 seja avaliada em setembro/2017, e que seja convocada a Câmara Técnica de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria para análise e apreciação dessa avaliação. Em relação à 13^a Etapa de Cirurgias Eletivas indagou se a 1^a parcela (40% dos recursos) já tinha sido repassada? **Dra. Lilian** informou que a liberação desta 1^a parcela está prevista para a próxima quarta-feira (12/07/2017). **Dr. Gerardo** colocou que o município de Sobral decidiu fazer a complementação do valor dos procedimentos da Programação de Cirurgias Eletivas da Portaria GM nº 1.294/2017 com recursos próprios para a sua população, e indagou como obedecer à fila regional diante desta situação? **Dra. Lilian** manifestou preocupação em relação a essa decisão, pois Sobral é município executor para vários municípios e se não fará complementação para as cirurgias dos pacientes referenciados, dificultará o gerenciamento da fila única. **Josete** colocou algumas dúvidas sobre a operacionalização da fila única, e que muitas questões levantadas hoje não tinham sido debatidas na reunião passada, e que precisam ser esclarecidas, tal como o pagamento pelo FAEC só ser feito após o município ultrapassar a média de produção mensal estabelecida como teto. **Wilames** esclareceu que a decisão do MS de pagar as cirurgias pelo FAEC só após o município ultrapassar a média de produção mensal, foi para garantir que esse recurso não seja usado para substituição dos recursos já incorporados no Limite da MAC. No Ceará como tem o Projeto Vida Nova, na média de cirurgia de 2015, estão incluídas as cirurgias realizadas com esses recursos. A não complementação do valor de tabela irá excluir muitos procedimentos da programação, por esta razão a minha posição, não a do COSEMS/CE, é de permitir o pagamento de complementação do valor dos procedimentos. **Dr. Gerardo** ressaltou que a grande dificuldade é que não tem hospital que faça as cirurgias sem complementação do valor dos procedimentos. **Arnaldo** destacou que a questão é temporal, os gestores não dispõem de muito tempo para produzir e esses recursos só poderão ser utilizados até dezembro/2017. Caso a CIB deixe para fazer as alterações dos pontos pactuados no decorrer da execução da programação, quando decidir complementar os valores dos procedimentos, o que será operado? Após as discussões a CIB/CE

209 decidiu fazer a convocação da Câmara Técnica de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
210 para apreciação da questão de “não ser adotado valor diferenciado da Tabela de Procedimentos
211 do SUS para os procedimentos inseridos na Programação Cirurgias Eletivas da Portaria GM nº
212 1.294/2017”. **Item 2.4. Formalização da Resolução Nº. 149/2017 da CIB, que trata da**
alteração do Art. 4º. da Resolução Nº. 119/2016 da CIB/CE, que aprova o Elenco de
Medicamentos da Atenção Secundária/2017, através da inclusão do item Imunoglobulina
Anti Rh no Elenco de Referência. A CIB/CE acatou a presente resolução e solicitou que a
213 COASF em conjunto com a COPAS/SESA elaborassem uma nota técnica sobre esse assunto e
214 divulgasse para os gestores e profissionais de saúde. **Item 2.5. Homologação das propostas**
cadastradas no FNS, apresentadas pela SESA e município de Iguatu, referentes à aquisição
de equipamentos e material permanente, conforme Portaria MS Nº. 3.134, de 17 de
dezembro de 2013. Após esclarecimentos sobre as Propostas acima referidas a CIB/CE aprovou
215 o Projeto de Aquisição de Equipamentos para os Hospitais da Rede SESA: Hospital Geral Dr.
216 Cesar Cals, Hospital Geral de Fortaleza e Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart, no
217 valor de R\$500.000,00, e o Projeto de Aquisição de Equipamentos para Hospital Regional de
218 Iguatu no valor de R\$265.000,00. **Item 2.6. Habilitação do Hospital Universitário Walter**
Cantídio – HUWC, da Maternidade Escola Assis Chateaubriand – MEAC e do Hospital
Infantil Albert Sabin - HIAS, como Centro de Serviço de Referência em Doenças Raras,
localizadas no município de Fortaleza. A CIB/CE após conhecimento dos pareceres da
219 CORAC/SMS de Fortaleza e da COPAS/SESA aprovou os Credenciamento/Habilitações do
220 Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC, da Maternidade Escola Assis Chateaubriand -
221 MEAC e do Hospital Infantil Albert Sabin - HIAS, como Centro de Serviço de Referência em
222 Doenças Raras, localizadas no município de Fortaleza. **Item 2.7. Credenciamento/Habilitação**
na Estratégia Saúde da Família. Com base no parecer técnico do NUAP/COPAS a CIB/CE
223 aprovou a habilitação de 01(uma) Equipe de Saúde Bucal, na modalidade I para no município de
224 Ipaporanga, 01(uma) Equipe de Saúde da Família, na modalidade II para o município de Missão
225 Velha ; 01(uma) Equipe de Saúde da Família, na modalidade I para o município de Monsenhor
226 Tabosa; e 01 (um) Agente Comunitário de Saúde para o município de Missão Velha. **EXTRA**
PAUTA. Item 2.8. Formalização da Resolução Nº. 154/2017 da CIB, que trata da aprovação
do 1º Termo Aditivo do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP firmado
entre a Secretaria Municipal de Saúde – SMS de Fortaleza e a Secretaria da Saúde do
Estado do Ceará – SESA/CE, que trata da prorrogação da vigência do Contrato Original
por mais 6 meses, a partir do dia 02 de junho de 2017 até 02 de dezembro de 2017. A
227 CIB/CE após esclarecimentos prestados pela Secretaria Executiva desta Comissão aprovou o 1º
228 Termo Aditivo do PCEP acima referido. **Item 2.9. Alterações na Composição da Câmara**
Técnica da Assistência Farmacêutica da CIB/CE - Resolução Nº. 22/2017 A CIB/CE acatou a
229 solicitação do COSEMS/CE de alterar a composição da Câmara Técnica da Assistência
230 Farmacêutica, excluindo Francisco José Cavalcante Lima Melo (SMS de Senador Pompeu) e
231 incluindo Micael Pereira Nobre (SMS de Aracoiaba) e Nerilene da Silva Nery (SMS de
232 Aquiraz). **Informe 1.** Fernanda, coordenadora da COASF na Câmara Técnica da Assistência
233 Farmacêutica reunida no dia 29 de junho, colocou que: (1) Os itens de medicamentos do Elenco
234 de Doenças Oportunistas já foram adquiridos pela SESA e a entrega será feita a partir de agosto
235 /2017. Esclareceu que apenas um item deixou de ser adquirido por falta de proposta; (2) Os Itens
236 da PPI da Assistência Farmacêutica Básica- 2017 que sofreram descontinuidade foram
237 Levodopa+ Carbidopa 200/50mg- por falta de registro na ANVISA, Pirimetamina 25mg e
238 Benzilpenicilina+Potássica 3.000.000/100.000UI- dois pregões fracassados. E a COASF está
239 fornecendo os créditos para os municípios no final do 2º semestre; (3) Demanda de
240 contraceptivos para os municípios, foi providenciado comunicado para as CRES informando que
241 o transporte e agendamento para retirada é de responsabilidade dos gestores municipais, e da
242 necessidade de que seja elaborado o mapa trimestral; (4) Será criado um grupo de trabalho
243 formado por representantes da COASF, COPAS/SESA, e profissionais convidados, para
244 elaboração de protocolos de medicamentos da Atenção Secundária; (5) Colírios que integram a
245

261 lista da Atenção Secundária e que se encontram na lista do Componente Especializado, o assunto
262 foi debatido por solicitação da SMS de Fortaleza, que após análise dos relatórios de produção
263 apresentada pelos prestadores constatou muitas inconformidades. Fato que gerou grande
264 preocupação visto que uma quantidade muito elevada de pacientes está com esquema de
265 tratamento para Glaucoma que não obedece à normatização do MS. A sugestão desta Câmara é
266 de que seja formada uma Comissão Técnica para elaboração de uma proposta de programação e
267 gerenciamento destes medicamentos. **Informe 2**. A Declaração de Incentivo ao PACS e PSF de
268 Groaíras se encontra na Secretaria Executiva da CIB/CE aguardando a assinatura do Secretário
269 de Municipal de Saúde. **Informe 3**. Ordens de Serviços e Atestados de Conclusão de Edificações
270 encaminhados à Secretaria Executiva da CIB, para conhecimento, conforme estabelecido na
271 Portaria GM/MS Nº. 1.401, de 15 de junho de 2011 e nas Portarias GM/MS Nº 339, 340, e 341
272 de 04 de março de 2013: Atestado de Conclusão de Construção de UBS: 02 em Ararendá e 01
273 em Quixelô; Atestado de Conclusão de Ampliação de UBS: 01 em Reriutaba; e Atestado de
274 Conclusão de Construção de Academia da Saúde: 01 em Reriutaba. Nada mais havendo a tratar,
275 a plenária da Comissão Intergestores Bipartite deu por encerrada a 7^a reunião de 2017 do referido
276 Colegiado, cuja Ata foi lavrada por mim, Vera Coêlho, e assinada em folha de frequência pelos
277 membros titulares e suplentes que compareceram. Fortaleza sete dias do mês de julho do ano de
278 dois mil e dezessete.


**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB

Data: 07/07/2017

Horário: 14:30 às 17:00hs **Local:** Auditório Waldir Arcosverde

Folha de Frequência dos Membros

NOME	ASSINATURA	REPRESENTAÇÃO
Henrique Jorge Javi de Sousa		Presidente da CIB Secretário da Saúde do Estado
Marcos Antônio Gadelha Maia		Secretário Adjunto da Saúde do Estado
Lilian Alves Amorim Beltrão	<i>LB</i>	Secretária Executiva da Saúde
Pedro Leão de Queiroz Neto		Superintendente de Apoio à Gestão da Rede de Unidades da Saúde
Francisco Ivan Rodrigues Mendes Junior	<i>J. Ivan</i>	Coordenador de Políticas e Atenção à Saúde
Luciene Alice da Silva	<i>Luciene Alice</i>	Supervisora do Núcleo de Atenção Especializada
Felipe dos Santos Dias Soares	<i>Felipe</i>	Coordenador de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
Ana Paula Lopes Moreira		Supervisora da Central Integrada de Regulação - CIR
Daniele Rocha Queiroz Lemos		Coordenadora de Promoção da Saúde
Roberta de Paula Oliveira	<i>Roberta de R.</i>	Supervisora do Núcleo de Controle de Vetores - NUVET
Joseana Lima dos Santos Nobre		Assessora Técnica da CORES
Silvia Maria Negreiros Bonfim Silva	<i>Silvia Bonfim</i>	Coordenadora da CGEPS
Salustiano Gomes de Pinho Pessoa		Superintendente da Escola de Saúde Pública do Ceará
Vera Maria Câmara Coelho	<i>Vera Coelho</i>	Assessora Técnica da Secretaria Executiva SESA Secretária Executiva da CIB
Josete Malheiro Tavares	<i>Josete</i>	Presidente do COSEMS; Vice - Presidente da CIB/CE; Secretário de Saúde de Guaiuba
Sayonara Moura de Oliveira Cidade		Vice Presidente do COSEMS; Secretária da Saúde de Cedro
Joana Angélica Paiva Maciel		Secretária da Saúde de Fortaleza
Arnaldo Ribeiro Costa Lima	<i>Arnaldo</i>	Articulador da Célula de Contratualização – CORAC SMS Fortaleza
Maria Nizete Tavares Alves	<i>Maria Nizete</i>	Secretária da Saúde de Juazeiro do Norte
Gerardo Cristina Filho	<i>Gerardo</i>	Secretário da Saúde de Sobral
Liduína Fátima Freitas dos Santos		Secretária da Saúde de Acaraú
Fernando Wilson Fernandes		Secretário da Saúde de Camocim
Antonio Williams Vieira Vaz		Secretário da Saúde de Boa Viagem
Jequelia Maria Alcântara Silva		Secretária da Saúde de Icó
Napoline Silva Melo		Secretária da Saúde de Frecheirinha
Sharliane Monteiro da Rocha		Secretária da Saúde de Pindoretama
Zuila Maria Maciel de Melo Peixoto	<i>Zuila</i>	Secretária da Saúde de Orós
José Afrânio Pinho Pinheiro Júnior	<i>José Afrânio</i>	Secretária da Saúde de Umirim


**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB

Data: 07/07/2017

Horário: 14:30 às 17:00hs

Local: Auditório Waldir Arcanjo

Folha de Presença – SECRETÁRIOS / CONVIDADOS

NOME	ASSINATURA	REPRESENTAÇÃO
Raquel Alves Souza	Raquel	Telecossun
ANA FILIPA LUCIA BRAGA	M. Braga	CORNOMB / NU MU
AMANDA L. DE CASTRO	Ananda	CONSF / SESA
Baronessa Joana Calado	JL	COAF / SESA
Márcia Nunes de Melo	Márcia	RECOCOEMS
Maria de Lourdes Silveira	M. L. Silveira	Barreiro
Ana Laura T. Araújo Ruy	ANAL	Tacoti - Secretaria
Regina Elias E. da Silva	Regina	SOBRAL
Antônio Vilela Pimentel Júnior	AVP	SMS Oeara
Vagner P. da Silva 2º Vicepres	V. da Silva	SMS SOBRAL
Luís Carlos do Nascimento	Luis	SMS - CASCavel
RILSON S. DE ANDRADE	Rilson	SMS QUIXECA
André BANETE Craveiro	André	SUS CRATO
Francisco Mariano Bento Santos	François	SUS Apuiarés
Eduardo Góes de Oliveira	Eduardo	Saude do Ceará / UNEESP
Maria Cecília da C. Carneiro	Maria Cecília	SMS - Morada Nova
Thijs Janzen - F. da Silva	Thijs Janzen	NUSMAC / SESA
Maria Estrela Góes motas	Maria Estrela	NUSMAC / SESA
Flávia de Oliveira	Flávia	3º CRES Manoelândia
PEDRO DOS SANTOS BARBOSA	Pedro	APDITON - COSEMS - E
ANDRAEGNA RODRIGUES SILVIA	Andraegna	SMS - CRUZ
THAÍS NOGUEIRA FÁCÓ	Thais	HVIAS / COPROM / SESA
José Henrique * (cib).	José Henrique	SMS Unimin
Luglio Luis Leite Nobreza	Luglio Luis	SMS Itapipoca
Elissonso da Costa Costa	Elissonso	GVISS 2015 / SENAER
HELMO Nogueira de Sousa	Helemo	10º PRES. CINDE/MD
Marie Sáezme da Aguiar Palmeira	Marie	CIEVS / COPROM
Norberto Dantas Soares	Norberto	COPROM / SESA
Karen Souza	Karen	
Cláudia do C. Ricarte Coelho	Cláudia	SMS - Baturité
José Luiz da Silva	José Luiz	SUBGOVERNO BZ - E
Alvaro Castelo Branco	Alvaro	CHEFE DE GABINETE GUARUMIRANGA
Isacy de Souza Júnior	Isacy	SMS Amontado



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB

Data: 07/07/2017

Horário: 14:30 às 17:00hs

Local: Auditório Waldir Arcoverde

Folha de Presença – SECRETÁRIOS / CONVIDADOS

NOME	ASSINATURA	REPRESENTAÇÃO
Ronaldo de Oliveira Belo Graciliano de Sousa Monteiro Almeida	JF	SMS - Quixeramobim SUS - Pentecoste